



Líderes querem nova lei para as eleições de 2014

Senadores definiram ontem em reunião que, em respeito ao prazo mínimo de um ano para entrar em vigor, minirreforma eleitoral deve ser aprovada pelo Senado ainda este mês para ser votada na Câmara em setembro

Campanhas eleitorais mais baratas e mais democráticas, com regras mais claras, são os principais objetivos das mudanças debatidas ontem em reunião de líderes com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles decidiram que o segundo-vice-presidente da Casa, Romero Jucá, vai elaborar um texto-base com as mudanças, levando em conta os projetos em tramitação,

para exame de todos os partidos antes de votação. Os senadores estão preocupados com os prazos para as novas regras já valerem nas eleições do ano que vem.

A propaganda eleitoral deverá seguir projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, que ontem decidiu, em votação final, que a transmissão obrigatória deve ser respeitada também pelas rádios comunitárias. **3**

Perda imediata de mandato por condenação vai ao Plenário 3

Instalada comissão para analisar o Programa Mais Médicos 8

Governo nega que opção por usina sem reservatório de água seja política 4

Ampliação de benefício fiscal na Região Norte está perto de votação 6



John de Araujo/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, discursa no lançamento da Constituição em formato de livro digital

Constituição ganha formato de livro digital

O Senado lançou a versão da Constituição em livro digital, que pode ser acessada gratuitamente em smartphones, tablets e computadores. No lançamento da primeira publicação digital do Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, afirmou que esse é mais um ato pela “democratização da informação”. **2**

Nova regra para investigar acidente aéreo

O Plenário aprovou ontem mudanças no rito de investigação de acidentes aéreos. O texto volta agora à Câmara para votação final. Pela proposta, o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) terá precedência

para apurar as causas dos acidentes, visando evitar novas ocorrências. Diferentemente do que ocorre hoje, as fontes do Sipaer poderão ser usadas como elementos em inquérito ou processo judicial ou administrativo, se o projeto virar lei. **5**

Divulgação/FAB



Proposta surgiu após acidente com jato norte-americano que se chocou com Boeing da Gol em 2006 e matou 154 pessoas



Rafael Carvalho/Agência Senado

Representantes da Apae fizeram ontem manifestação em frente ao Congresso

Apae pede apoio de senadores à manutenção do ensino especial

Senadores da Comissão de Educação receberam representantes da Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (Apae) que defendem o atendimento diferenciado fora da rede regular de ensino. **7**

Aprovados acordos internacionais nas áreas de aviação civil e madeira 6

Carreira de especialista em meio ambiente terá mais mil vagas 4

Criação de novos cargos em vários órgãos públicos passa em Plenário 8

Especialistas defendem mérito e eleição na escolha de diretores escolares 7

Senado lança Constituição em formato de livro digital

Formato e-Pub, que é livre e aberto, permite que o texto constitucional seja lido como livro, gratuitamente, em celulares, tablets e computadores. Trata-se da primeira publicação digital da Casa

PRESTES A COMPLETAR 25 anos, a Constituição brasileira ganhou uma versão e-book (livro digital). O lançamento foi feito ontem na Presidência do Senado.

Adotou-se o formato e-Pub (abreviação de *electronic publication*), livre e aberto, com o intuito de tornar o conteúdo compatível com diversas plataformas — pode ser acessado em smartphones, tablets, notebooks e computadores de mesa, entre outros.

Para visualizar uma publicação nesse formato, o usuário precisa ter instalado um leitor de e-Pub no computador ou dispositivo móvel.

Visualmente, a Constituição eletrônica é semelhante ao livro impresso. Permite ao leitor fazer marcações, anotações e destaques, como se fosse uma folha de papel comum.

— A Constituição digital se insere num momento de renovação da produção editorial do Senado. Queremos cada vez mais ampliar o alcance de nossas publicações, aumentar o interesse do cidadão pelo



Diretora-geral do Senado, Dorís Peixoto, discursando na cerimônia de lançamento

que produzimos e que impacta diretamente na vida de toda a sociedade. É nosso dever democratizar a informação — explicou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O formato também beneficia pessoas com deficiência visual. O e-Pub é compatível com os aparelhos que têm recursos de leitura e possibilita a mudança do tipo e tamanho da fonte.

— Devemos sempre saudar as iniciativas que ampliam o acesso a todas as informações, projetos e decisões tomadas pelo Congresso Nacional. Somos uma instituição

democrática, uma porta aberta às demandas da sociedade. Por isso, nada melhor que a transparência — acrescentou Renan.

Essa é mais uma iniciativa do Senado que tem o objetivo de disseminar o texto da Constituição para o maior número possível de cidadãos. Desde 1998, o Senado edita o texto da Constituição em braile e distribui a publicação entre instituições de apoio ao cidadão com deficiência visual.

A Constituição para e-books está disponível gratuitamente na Livraria Virtual do Senado (livraria.senado.gov.br).

Evento comemora 7 anos da Lei Maria da Penha

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES) participaram ontem da solenidade de posse da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) como titular da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara. Vanessa é a titular da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

O evento também comemorou os sete anos da Lei Maria da Penha, que protege a mulher da violência doméstica.

Representando o presidente do Senado, Vanessa afirmou que Renan Calheiros tem

demonstrado “compromisso com a luta pelos direitos das mulheres”. A senadora também disse que, apesar de as mulheres parlamentares não chegarem a 10% do



Parlamentares mulheres são unidas de forma suprapartidária, diz Vanessa

Congresso, “são unidas de maneira suprapartidária”.

Ao tomar posse, Elcione lembrou que, apesar dos avanços dos últimos anos, o Brasil ainda ocupa o “vergonhoso” sétimo lugar no mundo em assassinatos de mulheres. Durante a cerimônia, foi lembrada a realização da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, cuja relatora foi Ana Rita.

Saiba mais sobre o tema acessando <http://bit.ly/encarteMariadaPenha>

Ângela Portela defende voto aberto no Congresso

O voto secreto no Congresso representa um atentado ao princípio democrático, disse ontem Ângela Portela (PT-RR). Para ela, a lógica da democracia mostra que os eleitores devem saber como os representantes votam.

Ângela elogiou Paulo Paim (PT-RS), autor da PEC 50/2006, que acaba com o voto secreto parlamentar. Citando o colega, disse que o caráter secreto do voto só se justifica para o eleitor. Ela informou que o Congresso não será o primeiro órgão legislativo a abolir o voto secreto: na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, o voto é aberto em todas as situações.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice: denúncia contra Randolfe é tema para o Conselho de Ética

Lídice da Mata (PSB-BA) fez um apelo, terça-feira, para que a discussão sobre denúncias contra Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) saísse do Plenário para o Conselho de Ética. Randolfe criticou a atuação do conselho, da qual Lídice é integrante.

— Acho que o senador exerceu aqui o direito de solicitar posição. Não se trata de transformar o Plenário em um Conselho de Ética.

A denúncia diz respeito ao suposto pagamento de propina por João Capiberibe (PSB-AP), na época que era governador do Amapá, a Randolfe, então deputado. Randolfe cobrou agilidade do presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), que ainda não se manifestou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lúcia Vânia divulga relatório da Ouvidoria no 1º semestre

Ouidora-geral do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO) comunicou ontem em Plenário a divulgação do relatório estatístico dos trabalhos no primeiro semestre. Segundo ela, de todas as mensagens recebidas pela Ouvidoria no período — 1.448 —, 25% se concentraram em junho.

O relatório mostra que do total das demandas recebidas, 52,2% foram provenientes da Região Sudeste; 18,4%, do Nordeste; 13,3%, do Sul; 12,8%, do Centro-Oeste; e 3,2%, da Região Norte. Os estados que mais participaram no envio de mensagens foram São Paulo (25,3%), Minas Gerais (12,6%), Rio de Janeiro (11,9%) e Distrito Federal (7,4%). Do total de mensagens, 980 (67,7%) foram enviadas por homens e 468 (32,3%) por mulheres.

Lúcia Vânia reafirmou a intenção de trabalhar por uma ouvidoria que se coloque como legítima interlocutora da população, e não só como receptora de reclamações.

— O papel de uma ouvidoria cresce num momento em que nas ruas a população tenta nos dizer que existe um descompasso entre aquilo que lhe é prometido pelo poder público e aquilo que experimenta diariamente — disse a senadora.



A senadora quer a Ouvidoria como legítima interlocutora da população

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Banco da Terra

14h A pauta inclui, entre outros itens, projeto que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra.

PRESIDÊNCIA Conselho de Saúde

11h Renan Calheiros recebe os membros do Conselho Nacional de Saúde; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CDH Excepcionais

8h Em debate na Comissão de Direitos Humanos, a violação dos direitos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e das escolas bilíngues para deficientes auditivos.

CRA Trabalho rural

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que altera lei sobre regulamentação do trabalho rural.

SAÚDE Financiamento

9h Reunião de trabalho da comissão que propõe soluções ao financiamento do sistema de saúde.

CCJ Recursos protelatórios

9h Audiência pública para debater proposta de emenda à Constituição que limita a apresentação de sucessivos recursos para atrasar o cumprimento definitivo de decisões judiciais. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ouve o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado.

CRE Espionagem

9h Audiência pública interativa para discutir e solicitar esclarecimentos a representantes do Facebook, Google e Microsoft sobre espionagem que teria sido organizada em Brasília pelo governo dos Estados Unidos. Votação, às 10h, de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

CAS Petróleo

11h Leilão do petróleo e precarização do trabalho é tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, às 10h, audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Minirreforma eleitoral pode valer para 2014, dizem líderes do Senado

Propostas devem ir à Câmara ainda em agosto para que os deputados possam votá-las em setembro, cumprindo prazo mínimo de um ano

AO SAÍREM DA reunião de líderes partidários com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, José Agripino (DEM-RN), Wellington Dias (PT-PI) e Romero Jucá (PMDB-RR) disseram que uma “pequena reforma eleitoral” deve ser feita nos próximos meses, para que tenha validade já nas eleições de 2014.

Jucá, que é segundo-vice-presidente da Casa, ficou encarregado de elaborar um texto-base com as possíveis mudanças. Ele levará em conta os diversos projetos já em tramitação. Para o senador, o objetivo principal é reduzir o custo das campanhas, tornando-as mais baratas, e tornar mais claras algumas regras eleitorais.

Wellington disse que o texto a ser apresentado por Jucá será debatido internamente por todos os partidos e, depois, votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguindo para análise do Plenário antes de ser enviado à



Líderes partidários concordam em reunião com proposta de redução das campanhas e proibição de placas e faixas

Câmara dos Deputados.

Jucá espera que a reforma seja aprovada pelos senadores ainda este mês, para que os deputados possam aprová-la em setembro. Qualquer mudança em regras eleitorais terá de virar lei no mínimo um ano antes do pleito de 2014 para que seja válida.

Segundo Jucá, a minirreforma eleitoral deverá promover também diminuição do prazo

das campanhas, mudança das convenções partidárias de julho para junho, proibição de placas, faixas e “envelopamento” de automóveis.

Para Jucá, os senadores querem campanhas eleitorais mais baratas, mais democráticas e “mais iguais entre todos”. Ele também adiantou que essa reforma eleitoral não deve alterar as regras de tempo de TV dos partidos.

Agripino acrescentou que as lideranças partidárias foram unânimes na crença de que a PEC 18/2013 será votada rapidamente no Plenário do Senado, nesta ou na próxima semana. A PEC, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), determina a perda imediata de mandato de parlamentares condenados, em sentença definitiva, por improbidade administrativa.

Rádio comunitária também deve veicular propaganda política

As normas de propaganda eleitoral são aplicáveis também às rádios comunitárias, segundo projeto aprovado pela CCJ, em decisão terminativa. O PLS 212/2009, de Valdir Raupp (PMDB-RO), torna a regra explícita na Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições).

O autor argumenta que a veiculação de propaganda eleitoral nas rádios comunitárias sanará o problema observado nos municípios que não dispõem de emissoras de rádio e televisão, nos quais os candidatos locais contam com apenas 10% do tempo destinado à propaganda.

O relator, José Agripino (DEM-RN), disse que a proposta elimina dúvidas. O senador informou ainda, durante a votação, que a matéria já está regulamentada pelo Supremo Tribunal Federal, só não está transformada em lei, omissão que se pretende corrigir com a proposição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão aprova perda imediata de mandatos de condenados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou por unanimidade, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que determina perda imediata dos mandatos de parlamentares condenados por improbidade administrativa em sentença definitiva. O mesmo ocorrerá nos delitos que, pela legislação criminal, já determinam a perda da função, cargo ou mandato, no caso dos crimes contra a administração pública. O texto segue para votação em dois turnos no Plenário.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), manteve ressalva

que já havia feito em relação aos crimes de improbidade administrativa: a extinção dos mandatos só deverá ser declarada quando o Judiciário estabelecer perda do cargo.

Braga aproveitou integralmente emenda de Aloysio Nunes (PSDB-SP) e, parcialmente, outras duas, de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) e de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Em relação à ressalva ao crime de improbidade, Pedro Taques (PDT-MT), em apoio, observou que nem toda condenação por improbidade resulta em perda de mandato.

O texto de Braga foi questionado apenas em relação à

previsão de voto secreto nas decisões de perda de mandato que, não sendo decorrente das hipóteses de perda

automática, precisam passar pelo Plenário da Casa integrada pelo parlamentar. Ele cedeu aos apelos dos colegas de que

essa regra era incoerente com decisão pelo voto aberto já adotada pelo Senado.

— Se não for pelo voto aberto, nós estaremos produzindo um retrocesso — comentou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Humberto Costa (PT-PE) também apoiou o substitutivo, mas adiantou que pretende apresentar sugestões em Plenário. A seu ver, deve-se buscar equilíbrio para que o Congresso não perca prerrogativas perante o Judiciário. Ele observou que, por decisões “injustas”, parlamentares foram expurgados da vida política. Citou o líder comunista Luís Carlos Prestes.



Relatório de Braga (E) será debatido por Humberto (D) para manter prerrogativas

Gerardo Menezes/Agência Senado

Ivo Cassol afirma que não cometeu crime e que vai recorrer

No primeiro discurso em Plenário após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 8, Ivo Cassol (PP-RO) afirmou ontem que não cometeu crime algum e que recorrerá da sentença. Ele foi condenado a mais de quatro anos de prisão em processo relacionado a licitações ocorridas quando era prefeito de Rolim de Moura (RO), entre 1998 e 2002.

O senador agradeceu à relatora da ação penal, Cármen Lúcia, e aos demais ministros do STF por, conforme disse,

terem reconhecido que não houve suspeita de roubo, desvio de recursos, enriquecimento ilícito, superfaturamento ou pagamento de obra que não foi executada.

A condenação, afirmou Cassol, deu-se por fragmentação de procedimentos licitatórios. De acordo com ele, as licitações foram desmembradas por terem origem em emendas diferentes, com liberações em datas diferentes, prazos de execução diferentes e convênios diferentes.

— Sinceramente, eu não

sabia. A maioria dos prefeitos não sabe que o município, ao receber mais de um convênio, no mesmo objeto, no mesmo exercício financeiro, mesmo que em lugar diferente, tem de fazer uma única licitação.

Cassol disse que a responsabilidade cabia à Comissão de Licitação e que homologou a licitação após parecer favorável da procuradoria. Fez um relato da sua carreira política e afirmou ter sido o único governador cuja assembleia legislativa autorizou que fosse processado, porque não quis

negociar com deputados que propunham falcaturas.

— Meus filhos não terão vergonha de andar pelas ruas, com medo de ouvir que são filhos de ladrão ou corrupto.

Presidente do PP, Ciro Nogueira (PI) disse que Cassol tem total solidariedade do partido, o que foi confirmado pelo presidente de honra, Francisco Dornelles (RJ). Cassol também foi apoiado por Eduardo Lopes (PRB-RJ), Jayme Campos (DEM-MT), Benedito de Lira (PP-AL) e Cassido Maldaner (PMDB-SC).



Cassol diz que a condenação se deu por fragmentação de licitação

Moneira Moriz/Agência Senado

Em audiência pública no Senado, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia afirmou que opção por usinas a fio d'água, sem reservatório, obedece a critérios estritamente técnicos



Francisco Gomide fala na audiência, ao lado de Zimmermann, Fernando Collor, Volney Zanardi, do Ibama, e Sergio Bajay

Tipo de hidrelétrica não é escolha política, diz governo

A OPÇÃO PELAS usinas hidrelétricas a fio d'água em vez das que têm reservatório depende apenas de questões técnicas e não é uma política do governo, de acordo com o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

O tema foi debatido ontem pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os especialistas criticaram o que parece ser uma opção do governo pela construção de hidrelétricas a fio d'água. Esse tipo de hidrelétrica não precisa de um grande reservatório de água, o que reduz a estrutura das barragens e a dimensão do alagamento na região onde está instalada.

Diferentemente das hidrelétricas tradicionais, essas usinas aproveitam a força da correnteza dos rios, sem necessidade de estoque de água. É o caso das Usinas de Belo Monte, no Rio Xingu, e de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

Para o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Sergio Bajay, a escolha de hidrelétricas a fio d'água se dá pela pressão de movimentos ambientalistas contra as usinas com reservatório. Para ele, a maior facilidade em conseguir o licenciamento ambiental no caso das usinas a fio d'água é o que tem justificado a escolha da modalidade. No entanto, a opção, como observou, não é a mais eficiente.

— Isso provoca uma queda na eficiência no uso dos recursos hídricos, um despacho frequente de usinas termelétricas. Um maior acionamento de usinas termelétricas implica um aumento de emissões de gases de efeito estufa. Outra implicação é a elevação no custo de geração — afirmou.

Potencial

Segundo o professor, ainda há regiões no Brasil com potencial para a construção de hidrelétricas com uso de reservatório, como em Altamira, no Rio Xingu, Chacorão, no

Rio Tapajós, Guajará-Mirim, no Rio Madeira, entre outras.

O engenheiro e ex-ministro de Minas e Energia Francisco Gomide considera irracional preferir as usinas a fio d'água às com reservatório.

— Como justificar a substituição de energia renovável como a hidrelétrica por energia térmica, proveniente da combustão de carvão ou de derivados de petróleo? Como enxergar mais riscos ambientais em hidrelétricas do que em centrais termelétricas?

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia afirmou que essa não é uma opção política do governo, mas simplesmente técnica.

— Eu desconheço qualquer política de governo que fosse vinculada à usina a fio d'água. Isso começou a parecer um processo de ideologização. Quando você desenvolve um inventário num trecho de um rio, você lá vai classificar: “esta usina aqui é característica de reservatório”, “esta aqui é de fio d'água”. É isso o que ocorre — afirmou Zimmermann.

Aprovada criação de cargos para meio ambiente

O Plenário aprovou o projeto que transforma 2.535 cargos vagos da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (estruturada pela Lei 11.355/2006) em 800 cargos de analista ambiental e 200 cargos de analista administrativo, ambos da carreira de especialista em meio ambiente. O PLC 60/2011 será encaminhado à sanção.

O projeto assegura que a transformação se dará sem aumento de despesa, mediante compensação financeira. Os cargos criados serão distribuídos para os quadros de pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por ato do Ministério do Planejamento.

O texto prevê ainda que a indenização a que se refere o artigo 16 da Lei 8.216/1991 poderá ser paga até o limite de R\$ 590 mensais aos titulares dos cargos de analista e de técnico ambiental da carreira de especialista em meio ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do plano especial



Rollemberg: órgãos vão passar a ter uma estrutura mais eficaz e eficiente

de cargos do Ministério do Meio Ambiente, dos quadros do Ibama e do Instituto Chico Mendes que, em caráter habitual e permanente, exercerem as atribuições típicas do cargo na Amazônia Legal.

Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a transformação dos cargos vai dotar os órgãos encarregados da defesa do meio ambiente de uma estrutura mais eficaz e eficiente para as responsabilidades. Já o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que havia pedido vista do projeto, mas ressaltou que havia se comprometido com o Ministério do Meio Ambiente a devolver a matéria e submetê-la à votação.

Produtores de cana pedem modernização de lei do setor

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador Gim (PTB-DF), representantes do setor sucroenergético pediram a modernização da Lei 4.870/1965 — que organiza a produção açucareira no Brasil — por meio de emendas à Medida Provisória (MP) 615/2013, que ainda será votada pelos parlamentares. A MP autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011–2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste. Também permite o financiamento da renovação e implantação de canais com equalização da taxa de juros.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) alega que a atual lei não está adequada à realidade do mercado e aos atuais princípios constitucionais. Os produtores pedem que sejam explicitadas as principais

funções das associações de fornecedores, legitimando a representação dos associados. Solicitam ainda que seja garantido o dever de acompanhar o recebimento da cana pela indústria, bem como a análise de sua qualidade. Segundo eles, a aprovação da medida vai garantir uma melhor organização do setor.

— A indústria sucroenergética é muito grande e muito poderosa. Há no Brasil 70 mil pequenos produtores de cana. Então, para fazer esse elo entre a indústria e o fornecedor de cana, há necessidade de reconhecimento das associações — explicou Paulo Leal, presidente da Feplana.

A votação do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a MP 613/2013, que incentiva a venda de álcool e insumos, foi adiada novamente. A comissão mista instituída para apresentar parecer prévio deve se reunir na terça-feira.

Para Gurgacz, acordo entre Incra e MP beneficia pequeno agricultor

A regularização fundiária na Amazônia Legal, beneficiando pequenos produtores, recebeu elogios de Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele citou o termo de compromisso entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Ministério Público Federal, que, em sua avaliação, removerá obstáculos



para a titulação de 20 mil famílias.

— O caminho entre a burocracia e o agricultor está cada vez mais curto — disse.

Ele criticou a falta de compartilhamento de dados e de metodologias convergentes entre as instituições responsáveis pela regularização, o que dificulta o andamento dos processos.

Produtor de laranja é obrigado a abandonar o negócio, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) expôs os problemas enfrentados pelos produtores de laranja. Segundo ele, na última safra, 20 milhões de árvores foram erradicadas do parque citrícola paulista e 2 mil citricultores foram excluídos do setor.

— Os produtores se veem obrigados a abandonar a



atividade por causa da verticalização da produção pelas indústrias de suco de laranja e, conseqüentemente, dos baixos preços pagos

por essas mesmas indústrias pela fruta dos pomares de terceiros.

Ele também mencionou a cartelização das indústrias denunciada pelos produtores.

Pinheiro elogia estímulo a pequenos agricultores na Bahia

Walter Pinheiro (PT-BA), em pronunciamento na terça-feira, chamou a atenção para o papel do governo federal no estímulo à agricultura, dando ênfase aos benefícios proporcionados aos pequenos produtores rurais baianos. Ele comemorou a ampliação do Plano Safra, que decuplicou em dez anos, mas sublinhou o desafio de executar esse

orçamento atendendo a diversidade da produção da Bahia.

— Tomamos a dianteira, a ousadia, numa demonstração clara de que o estado da Bahia tem pautado sua economia em consideração com o que acontece em cada vida, o que acontece em cada lugar, o que acontece nos municípios — declarou.



Acidente com avião da TAM em Congonhas (SP): projeto garante interdição da aeronave e destroços para investigação

Aprovadas normas para investigar acidentes aéreos

Devido a mudanças feitas pelo Senado, volta à Câmara dos Deputados proposta apresentada em CPI criada após colisão que matou 154 pessoas em um voo entre Manaus e Brasília, em 2006

O PLENÁRIO APROVOU ontem normas para a investigação de acidentes aéreos, com o objetivo de identificar causas para evitar novas ocorrências. Pelo texto, sempre terá precedência o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer), cujo órgão executivo é o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), da Aeronáutica.

O substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 102/2012, adotado dia 8 pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), segue para a Câmara. A proposta original foi apresentada pela CPI do Tráfego Aéreo, criada na Câmara após a colisão entre um Boeing 737-800, da Gol, e um jato Legacy de companhia de táxi-aéreo norte-americana, em 2006, que matou 154 pessoas em um voo entre Manaus e Brasília.

O texto assegura acesso da

comissão investigadora à aeronave acidentada, destroços, cargas, laudos, autópsias e outros documentos. Para preservar informações, o avião e os destroços poderão ser interditados, com remoção apenas se for necessário para salvar vidas, preservar segurança ou proteger evidências. Após as investigações, se houver crime, os interessados (companhia aérea ou seguradora, por exemplo) poderão se habilitar a ficar com os destroços.

Alterações

O relator na CRE, Pedro Taques (PDT-MT), disse que foi procurado pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência porque havia interesse em propor alterações no substitutivo aprovado antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator foi José Pimentel (PT-CE).

Uma das alterações definiu regras para investigações de

aeronaves militares, preservando a hierarquia militar. As ações ficam a cargo do Comando Militar da respectiva Força (Exército, Marinha ou Aeronáutica). No caso de avião militar estrangeiro, a investigação será coordenada pelo Comando da Aeronáutica. Outra mudança permite que, mesmo com as investigações em andamento, o Sipaer emita recomendações de segurança.

Se constatar que a investigação não traz proveito à prevenção de novos acidentes, a autoridade do Sipaer poderá interromper a investigação, comunicando os fatos à autoridade policial.

O substitutivo autoriza o uso de fontes da investigação do Sipaer como elementos em inquérito ou processo judicial ou administrativo. Para uso dos elementos como prova, o juiz deverá ouvir representante do Sipaer, que terá até 72 horas para se pronunciar.

Anac terá de promover conforto e condições saudáveis nos voos

O projeto (PLS 479/2011) que atribui à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a responsabilidade de promover, para passageiros e tripulantes, conforto e condições saudáveis nos voos foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O autor, Cyro Miranda (PSDB-GO, foto), argumenta que o esforço das empresas para reduzir custos "tem levado a situações inadmissíveis de desconforto", como a redução do espaço entre os assentos.

O texto — que segue para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário do Senado — na versão original fixava distância mínima de 86 centímetros entre as poltronas dos voos comerciais. Mas o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), retirou o item porque considera que o padrão deve ser fixado pela Anac. O senador acrescentou que aquela distância está 13 centímetros acima do mínimo exigido pela Anac para aviões classificados na faixa A.

Ele observou que a distância entre poltronas é um dos aspectos avaliados na certificação da aeronave, que envolve não apenas autoridades brasileiras, mas de outros países, devido a tratados internacionais segundo os quais um país aceita a certificação feita por outros.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Projeto aumenta proteção a comprador de passagem

Proposta que obriga empresas aéreas a serem mais claras com o consumidor na hora de vender passagens foi aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa.

O texto (PLS 359/2012), de Vital do Rêgo (PMDB-PB, foto), determina que os valores das taxas para remarcação, cancelamento e reembolso do bilhete aéreo precisam estar escritos de forma clara e destacada no contrato.

Pelo projeto, fica proibida a cobrança de valor superior ao preço do bilhete para remarcação, cancelamento ou reembolso, algo que pode ser benéfico se a passagem foi comprada em promoções.

Emenda do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estabelece que a cobrança por remarcação, cancelamento e reembolso, ainda que calculada cumulativamente, não poderá exceder a 10% do preço pago pelo comprador para cada trecho.

A proposta tramita em conjunto com o PLS 364/2012, de Ivo Cassol (PP-RO), que obriga as empresas aéreas a informar a quantidade de assentos em cada classe tarifária, o custo e as restrições de cada classe e a quantidade de assentos vendidos.



Márcio Kalume/Agência Senado

Collor espera solução para servidores do Dnit até fim do mês

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ontem que a Comissão de Infraestrutura (CI) deseja um acordo entre o governo e os servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) até 31 de agosto. Os servidores estão em greve desde 25 de junho.

Presidente da comissão, Collor informou que teve resultados positivos o debate realizado pela CI na terça-feira, com a presença de representantes do governo

e dos servidores. O senador observou que as grandes obras de infraestrutura são muito importantes para o desenvolvimento econômico e social do país e, por isso, entende que é preciso ouvir as reivindicações de equiparação salarial e de carreira dos servidores do órgão.

— Somente no PAC, o Dnit responde por 75% da execução em transportes. Trata-se, portanto, de uma questão de prioridade — afirmou Collor.



Rodovia em Minas Gerais: greve pode atrasar obras de infraestrutura

Ministro é chamado a explicar concessão das rodovias 262 e 050

O ministro dos Transportes, César Borges, será chamado a explicar os termos do edital, publicado no início do mês, para concessão das rodovias BR-262 e BR-050. O convite ao ministro está previsto em requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI).

A BR-262 corta os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e a concessão contempla cerca de 370 quilômetros, entre o município de Viana (ES) e o entroncamento com a BR-381, em Minas Gerais. Desde a publicação do edital, a bancada capixaba no Congresso tem

questionado aspectos como o valor do pedágio e o corte de investimentos.

Na BR-050, está prevista licitação para duplicação do trecho que vai de Cristalina (GO) até a divisa de Minas Gerais. Parlamentares também reclamam do corte de recursos para obras consideradas essenciais e do valor das tarifas a serem cobradas pelo uso da rodovia.

Além do ministro, será convidado para a audiência pública o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos. A data para o debate ainda será divulgada pela secretaria da comissão.

Flexa critica ideia de construção de trem-bala no Brasil

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou ontem a proposta do governo federal de construir um trem de alta velocidade entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas (SP). O senador afirmou que o país tem necessidades bem maiores do que o trem-bala e nada justifica o governo gastar bilhões na proposta.

— Em um país que praticamente desconhece o que é uma ferrovia, será mesmo que podemos pensar em queimar etapas e financiar um projeto de um trem-bala? — questionou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim comemora avanço no caso do fundo Aerus

Paulo Paim (PT-RS) relatou na terça-feira o resultado de uma reunião que ocorreu à tarde entre aposentados e

pensionistas do Aerus e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Segundo o senador, a ministra pediu esforço para um acordo.

— A ministra disse que a orientação da presidenta Dilma era de que todos cedessem um pouco, mas que houvesse um entendimento.

O senador cumprimentou os manifestantes que acamparam durante oito dias no Salão Verde da Câmara.



Rafael Carvalho/Agência Senado

Avança PEC que estende benefícios fiscais no Norte

PEC 7/2013 já passou por quatro das cinco sessões de discussão necessárias antes da votação em primeiro turno. Senadores destacaram importância da medida para o desenvolvimento regional

ESTÁ PRONTA PARA votação em Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 7/2013, do senador José Sarney (PMDB-AP), que vincula a duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental ao tempo de vigência daqueles concedidos à Zona Franca de Manaus (ZFM). Ontem, a PEC passou pela quarta sessão de debate em Plenário antes da votação em primeiro turno.

O objetivo da proposta é assegurar a manutenção de benefícios fiscais necessários para o desenvolvimento da Região Norte, que conta hoje com nove áreas de livre comércio. Originalmente, os mecanismos de estímulo às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental estariam em vigor enquanto durassem os benefícios destinados à Zona Franca de Manaus, cujo prazo inicial era 1º de janeiro de 2014. Em 2003, os incentivos à ZFM foram prorrogados



Sessão do Senado discute manutenção de benefícios fiscais à Região Norte

até 2023. No entanto, para as áreas de livre comércio o prazo de extinção permaneceu fixado em 1º de janeiro de 2014.

Defensora da proposta, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu em Plenário que a matéria fosse votada com celeridade, a fim de que já esteja aprovada quando a Câmara dos Deputados e o Senado votarem uma segunda PEC (506/2010), em análise pelos deputados, que prorroga mais uma vez os benefícios da ZFM. Dessa forma, as

áreas de livre comércio e a Amazônia Ocidental seriam contempladas também com essa prorrogação.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) destacou a importância da proposta para o desenvolvimento regional da Amazônia. Ressaltou também o prejuízo que a extinção dos benefícios pode causar à economia de boa parte das cidades da região, como no caso de Macapá, capital do Amapá, que teria quase 60% da economia ligada às áreas de livre comércio do estado.

Anibal Diniz lamenta morte do empresário Roberto Moura

O senador Anibal Diniz (PT-AC) apresentou ontem requerimento de pesar pelo falecimento do empresário acriano Roberto Moura, morto em decorrência de parada cardíaca, em São Paulo.

Anibal disse que a morte de Roberto Moura causou grande impacto no meio empresarial e entre funcionários, amigos e familiares. Ele foi um empresário de sucesso em todos os seus empreendimentos, mas foi a partir da TV Gazeta que Moura revelou a capacidade e o primor no trato dos investimentos, disse o senador.

O parlamentar ressaltou que, desde o primeiro telejornal da TV Gazeta, a emissora mostrou-se referência positiva no jornalismo no Acre.

Jorge Viana registra falecimento de empreendedor acriano

O senador Jorge Viana (PT-AC) comunicou ao Plenário o falecimento de Roberto Moura, 60 anos, um dos maiores empresários do Acre. Ele morreu na manhã de ontem, em São Paulo, onde participava de um evento.

De acordo com o parlamentar, o empresário era o maior empreendedor do estado, pelo qual era apaixonado. Viana disse que o empresário foi um dos poucos a apoiá-lo quando iniciou a carreira política.

— Construiu um conglomerado de empresas que são referência hoje no estado do Acre — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

INSTALADA COMISSÃO DA MP DO MINHA CASA MELHOR

Foi instalada ontem a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 620/2013. A presidência ficou com a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES). A relatora será a senadora Ana Rita (PT-ES). A MP 620 concede crédito adicional de R\$ 8 bilhões à Caixa para financiar bens de consumo duráveis para os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Cada família poderá solicitar até R\$ 5 mil de empréstimo.

(Da Agência Câmara)

APROVADA PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA DO 2º TRIMESTRE

O Plenário do Senado aprovou ontem a programação monetária para o segundo trimestre de 2013, na forma do Projeto de Decreto Legislativo 174/2013, com base em mensagem da Presidência da República.

O projeto foi apresentado como conclusão do voto favorável do relator ad hoc, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria agora segue para a Câmara dos Deputados.

Senado aprova acordos sobre aviação e madeiras tropicais

O Plenário aprovou dois acordos internacionais. Um deles (PDS 176/2013), com a União Europeia, trata de segurança da aviação civil. O outro (PDS 175/2013) revalida acordo com vários países sobre o trato de madeiras tropicais. Para o relator na Comissão de Relações Exte-

riores, Jorge Viana (PT-AC), o texto tem “apelo estratégico” por criar condições para que o país volte a integrar a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (Itto), constituída por 60 países que representam 80% das florestas tropicais. Os projetos seguem para promulgação.

Blairo relata encontro com o presidente eleito do Paraguai

Blairo Maggi (PR-MT) relatou encontro com o presidente eleito do Paraguai, Horacio Manuel Cartes Jara, no final



Moreira Moutz/Agência Senado

de semana. Ele afirmou estar otimista com relação às perspectivas de desenvolvimento do país.

— O Paraguai vai liderar o crescimento da região em 2013, com 10% do PIB — disse, citando dados do Banco Central paraguaio, do Fundo Monetário Internacional e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Sérgio Souza pede votação de projeto contra contrabando

Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou a necessidade de o país combater o contrabando. Ele explicou que grande parte das compras “volumosas” feitas por brasileiros no Paraguai e na Argentina é ilegal. Ele defendeu a



Waldemir Barreto/Agência Senado

votação do projeto (PLC 62/2012) que aumenta a pena para o crime de contrabando.

— A aprovação é uma resposta efetiva para recrudescer a lei contra os que promovem o desequilíbrio econômico — disse.

Senador elogia reportagens sobre crimes em Curitiba

Sérgio Souza (PMDB-PR) parabenizou o jornal *Gazeta do Povo* pela série de reportagens “Crime sem castigo”, com análise de 1.000 dos 5.806 homicídios cometidos em Curitiba nos últimos dez anos. Segundo ele, a prova técnica não aparece em 81% dos inquéritos. Em mais da metade

(50,4%) não havia laudo sobre o local do crime. Em apenas 4% dos casos houve condenação. O jornal constatou ser mais fácil um homicida morrer que ser condenado. Em 2010, a Justiça condenou 28 pessoas por homicídio, enquanto 54 acusados foram mortos nas ruas.

Ana Amélia quer coibir quebra de sigilo de dados pessoais

O mercado clandestino de dados pessoais, com violação de sigilos bancário, fiscal, telefônico e postal, preocupa Ana Amélia (PP-RS), que defendeu punição severa para o crime e lembrou que o sigilo é constitucional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Preservar a privacidade é um direito básico. Ela lembrou que tramita na Câmara o Marco Legal da Internet (PL 2.126/2011) e defendeu a criação de barreiras para espionagem e comércio de dados pessoais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Associação quer manter ensino especializado

Pais, professores, profissionais da área e jovens atendidos pelas Apaes fizeram manifestação pedindo a garantia, no PNE, da oferta de escolas especiais e foram recebidos na Comissão de Educação

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) que reivindicam a garantia, no Plano Nacional de Educação (PNE), da oferta de escolas especializadas para alunos especiais foram recebidos ontem pelos senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). De acordo com os manifestantes, o Ministério da Educação deseja que as unidades da Apae funcionem apenas como centros de atendimento especializado, obrigando os jovens ali atendidos a serem matriculados nas escolas regulares, as quais, na avaliação deles, não estão habilitadas a prestar o atendimento.

— O MEC não pode obrigar as famílias a enviar seus filhos especiais para escolas regulares. As famílias têm que ter o direito de escolha. O ensino especial também deve ser prioridade — afirmou Ana Cristina Correia e Silva, vice-diretora do Centro de Ensino Especial (CEE 01) de Brasília. O presidente da CE, Cyro



Entidades para pessoas com deficiência são recebidas na Comissão de Educação

Miranda (PSDB-GO), garantiu que as reivindicações dos manifestantes serão atendidas. Ele lembrou que o projeto sobre o PNE (PLC 103/2012) será relatado na comissão por Alvaro Dias (PSDB-SP), que também demonstrou apoio à causa. O projeto do PNE está agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Manifestação

Também ontem, pais, professores, profissionais da área e alunos atendidos pelas Apaes fizeram uma manifestação em frente ao Congresso, alegando que as crianças e adolescentes

da associação requerem cuidado especial e atendimento diferenciado.

De acordo com os manifestantes, substitutivo de José Pimentel (PT-CE), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), congela o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a partir de 2016, a instituições especiais de ensino. Dessa forma, inviabilizará o atendimento das Apaes.

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) receberá os manifestantes da Apae em audiência sobre o assunto.

Pimentel: “Mudanças vão facilitar inclusão”

José Pimentel (PT-CE) justificou, por meio de sua assessoria, a inclusão do prazo até 2016 para que as matrículas da educação especial não pública sejam contadas para fins de repasse do Fundeb.

Segundo ele, o objetivo não é prejudicar as instituições que oferecem esse tipo de ensino, como as Apaes, mas sim incluir as pessoas com deficiência na

rede pública. O argumento é de que a educação especial



Pimentel defende prazo até 2016 para repasses do Fundeb às Apaes

tem caráter complementar, e não substitutivo, com relação às escolas públicas. O entendimento, segundo Pimentel, segue a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O texto reconhece o direito dessas pessoas à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, com um sistema educacional inclusivo.

Aprovada prévia divulgação de material escolar

Projeto que determina que as escolas divulguem a lista de material escolar 45 dias antes da data final para a matrícula foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De autoria do deputado Clodovil Fernandes, falecido em 2009, o texto recebeu parecer favorável da relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR).

Pedro Taques (PDT-MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Paulo Davim (PV-RN), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Luiz Henrique (PMDB-SC) foram contrários. Taques afirmou que atualmente vive-se um “furor legiferante”, com o Estado agindo cada vez mais na esfera privada.

Avança texto sobre merenda saudável em cantinas

Um projeto de lei que incentiva a alimentação saudável nas escolas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta é de Paulo Paim (PT-RS) e já havia sido aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A CAS ainda fará uma segunda votação, porque o relator apresentou um substitutivo. A decisão terá caráter terminativo.

De acordo com o texto, os estabelecimentos localizados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, gordura trans e sódio.

Educação evoluiu no Acre ao longo da década, afirma Anibal

Anibal Diniz (PT-AC) registrou avanços importantes do Acre na área da educação entre 2000 e 2010, revelados nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios brasileiros.

Em 2010, o percentual da população acriana entre 11 e 14 anos que frequentava a escola era de 92%, uma melhora significativa, segundo Anibal, em comparação à década anterior.

— Nos permite avaliar que os esforços para alavancar a educação no estado têm dado resultados significativos — disse o senador.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Mozarildo homenageia Escola Oswaldo Cruz pelo aniversário

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou ontem em Plenário o aniversário de 64 anos da Escola Estadual Oswaldo Cruz, em Boa Vista. O senador, que foi aluno da instituição, cobrou atenção especial da Secretaria de Educação do estado para as escolas, principalmente a Oswaldo Cruz, “tão antiga e conceituada”.

O colégio foi inaugurado em 12 de agosto de 1949, pelo governador do então território, Miguel Ximenes de Melo. Hoje, a escola atende mais de 800 alunos do ensino fundamental, em dois turnos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Lídice da Mata cita reconhecimento de mártires da Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a inscrição dos nomes de Luiz Gonzaga, Lucas Dantas, João de Deus e Manuel Faustino — mártires da Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiates), de 1798 — no *Livro dos Heróis da Pátria*.

— Foi um dos movimentos mais importantes do Brasil, porque, além da independência, buscava a liberdade dos escravos e a igualdade racial e social. Foi a primeira manifestação libertária em que o povo negro teve protagonismo.

Lídice lembrou que, na segunda-feira, pela primeira vez a rebelião recebeu comemoração oficial na Bahia, com uma aula pública no local em Salvador onde os quatro revoltosos foram enforcados.

Especialistas defendem sistema combinado para escolha de diretores

Vincular critérios técnicos de mérito profissional a eleições com a participação da comunidade é o melhor caminho para a escolha de diretores escolares. A proposta foi defendida ontem por especialistas em audiência da Comissão de Educação (CE).

A diretora-executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Fonseca da Cruz, foi uma das que defenderam um critério misto para escolha dos dirigentes. Na opinião dela, somente a eleição não é o melhor mecanismo de escolha, sendo necessário

também um procedimento técnico.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) concorda com a combinação dos critérios. Para ele, no entanto, se a eleição tira dos políticos o poder de indicar aliados, praticamente coloca o cargo sob a tutela de sindicatos e partidos.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) mostrou-se preocupada com a falta de regras para a escolha de diretores, permitindo que estados e municípios adotem critérios diversos.



Cyro Miranda (C) coordena debate sobre seleção de diretores escolares

Faltarão professores de educação básica no Brasil, diz secretário de SP

Se não houver valorização do profissional, o Brasil sofrerá com a falta de professores da educação básica.

O alerta é do secretário de Educação de São Paulo, Herman Voorwald, um dos convidados da Comissão de Educação para discutir, na audiência pública promovida ontem, o processo de seleção de diretores escolares.

O secretário lembrou que não apenas o salário, mas também as condições adversas de trabalho afastam os

jovens da carreira docente. Segundo ele, cerca de 10% dos professores da rede de ensino do estado de São Paulo estão afastados por licença médica, o que reflete os problemas do setor.

No Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado, uma das metas destaca a efetivação da gestão democrática do nível básico ao superior e propõe que a escolha de diretores conjugue mérito e desempenho com a participação das comunidades escolares e acadêmicas.

Parcelamento de férias poderá ser estendido a todos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei (PLS 62/2005) que permite parcelamento de férias em dois períodos a trabalhadores menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos.

Atualmente, o fracionamento das férias é permitido pela legislação trabalhista em casos excepcionais. No entanto, aos menores de 18 anos e maiores de 50 anos, impõe-se a concessão de férias em uma só vez. Paulo Paim (PT-RS) argumentou, ao apresentar a proposta, que nos dias de hoje há condições de que a concessão das férias para essas faixas etárias aconteça da mesma forma que aos demais trabalhadores.

Comissão mantém proposta para atividade de restaurador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do senador licenciado Edison Lobão (PMDB-MA) que regulamenta a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados (PLS 370/2007).

O relator da matéria na CAS, Sérgio Souza (PMDB-PR), preferiu manter o texto aprovado no Senado por considerar que os deputados, ao retirar do texto a criação de conselhos federal e regionais, não asseguraram a fiscalização do exercício da profissão por parte do poder público.

Regulamentação de profissões será tema de debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará uma audiência para discutir os critérios e o processo de regulamentação de profissões. O requerimento com essa finalidade, de Humberto Costa (PT-PE), foi aprovado ontem.

Ao pedir o debate, o senador pretendia discutir o projeto de lei que regulamenta a profissão de designer (PLC 24/2013) e o que trata da profissão de guarda-vidas (PLC 66/2011). No entanto, em razão dos argumentos dos senadores sobre a falta de critérios definidos para regulamentar profissões, o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que a audiência deverá abordar o tema de forma mais ampla.

Senador João Alberto Souza foi eleito por unanimidade, após acordo com bloco parlamentar que reivindicava a presidência do colegiado misto. Mozarildo Cavalcanti será relator-revisor

Comissão do Mais Médicos elege presidente e relator

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/2013) será presidida pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele foi eleito ontem, por unanimidade, após acordo com o Bloco União e Força, formado por PTB, PR, PSC e PRB, que reivindicava o cargo.

O deputado Rogério Carvalho (PT-SE) será o relator, e o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o relator-revisor. O vice-presidente do colegiado, deputado Francisco Escórcio (PMDB-MA), indicado pelo PTB, já tinha sido definido anteriormente em acordo.

A disputa pela presidência gerou o adiamento da eleição da Mesa na terça-feira. Um dos candidatos, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), alegou que a indicação de João Alberto foi uma quebra do acordo firmado pelos líderes dos partidos. Ontem, porém, ele e o líder do bloco, senador Gim (PTB-DF), concordaram com a eleição de João Alberto — iniciativa que foi elogiada pelo senador José Pimentel (PT-CE), que presidiu a reunião.

Os deputados Mandetta (DEM-MS) e Eleuses Paiva (PSD-SP) lamentaram o fato de não ter havido debate mais aprofundado sobre o acordo.

— Gostaria de questionar a forma como está sendo



Programa foi alvo de protesto de médicos, na semana passada, no Congresso

realizado o início dos trabalhos. Falei com o senador Eduardo Amorim e ele se mostrou insatisfeito com a maneira com que o processo foi tratado no Senado — declarou Paiva.

Carvalho afirmou que, mesmo após a eleição da Mesa, existirão “rugas partidárias” a serem superadas, mas que isso não deve atrapalhar o andamento da comissão.

Bolsa de R\$ 10 mil

A MP estabelece novos parâmetros para a formação médica no Brasil, como a prática obrigatória de dois anos no Serviço Único de Saúde (SUS) para os estudantes de Medicina e a convocação de médicos, inclusive estrangeiros, para atuarem nas periferias de grandes cidades e municípios do interior. Os profissionais formados receberão bolsa de R\$ 10 mil, paga pelo

Ministério da Saúde, mais ajuda de custo, e farão especialização em Atenção Básica durante os três anos do programa.

Carvalho concordou que a adesão de profissionais ao programa ainda é baixa (até o momento, segundo o Ministério da Saúde, só 10,5% das vagas foram preenchidas), mas que isso pode mudar.

— Quando a MP estiver consolidada e as regras estabelecidas e revisadas pelo Congresso, haverá médicos pelo menos para a finalidade que propomos: levá-los para regiões onde não os temos.

Após a comissão mista, a MP ainda terá de ser analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado. O texto deve ser votado pelo Congresso até 6 de setembro, prazo que pode ser prorrogado por 60 dias.

(Da Agência Câmara)

Humberto pede que governo negocie verbas para a saúde

O Congresso aprovará a vinculação de receitas para a saúde, queira ou não o governo. A opinião é de Humberto Costa (PT-PE), que disse ontem que o Executivo deve negociar com parlamentares.

O senador lembrou que, no dia anterior, o movimento Saúde+10 entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, proposta de iniciativa popular com 1,9 milhão de assinaturas que determina 10% da receita bruta da União para a saúde (mais R\$ 45 bilhões).

Ele disse que hoje a comissão especial que discute o financiamento da saúde vai debater a proposta. Ele foi apoiado por Waldemir Moka (PMDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Casildo Maldaner alerta para possível crise demográfica

Casildo Maldaner (PMDB-SC) expressou preocupação com a necessidade de o Brasil se preparar para enfrentar os efeitos de uma crise demográfica que poderá se instalar nas próximas décadas.

Baseando-se em projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Casildo observou que já em 2050 o grupo mais jovem da população estará reduzido a 24%, e os cidadãos acima de 65 anos representarão 23%.

— Com o envelhecimento, a porcentagem de idosos continuará a aumentar e a participação dos adultos deve encolher. Os impactos são incalculáveis, tanto na economia como na previdência social, apenas para citar alguns exemplos — disse.

Figueiró quer fim da cobrança de INSS de inativos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006, que acaba com a cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos de servidor público aposentado. A proposta está pronta para inclusão na pauta do Plenário da Câmara. Em 2013, salientou o senador, completam-se dez anos da taxaço dos inativos em 11% sobre os vencimentos que ultrapassarem o teto da Previdência Social (R\$ 4.159).

— Mesmo após terem contribuído por décadas, os aposentados arcam com essa iniquidade, situação que tende a perpetuar-se caso o Legislativo não tome para si a tarefa de restituir a condição constitucional de origem — disse.

Senado cria cargos em carreiras de órgãos públicos

O Plenário aprovou ontem projeto (PLC 123/2012) que cria cargos das carreiras de analista de infraestrutura, especialista em meio ambiente e analista de comércio exterior, além de cargos nos quadros da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde.

A iniciativa, que vai à sanção, foi aprovada em março na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Romero Jucá (PMDB-RR) e Eduardo Braga (PMDB-AM) elogiaram a aprovação.

Motoristas de caminhão querem mudar Lei do Descanso

Representantes dos motoristas de caminhões do tipo cegonha (cegonheiros) visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio ao projeto que muda a Lei do Descanso.

O projeto (PL 5.943/2013 na Câmara) permite que o motorista possa dirigir por até seis horas consecutivas. Pela Lei do Descanso, ele é obrigado a fazer uma parada de pelo menos meia hora a cada quatro horas na direção.

Para José Ronaldo Marques da Silva, presidente do Sindicato Nacional dos Cegonheiros, o motorista muitas vezes se vê obrigado a parar em locais sem infraestrutura somente para cumprir a lei.

Renan promete a advogados agilidade na votação de projeto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Antonio Fabrício Gonçalves, que pediram apoio para a votação do PLC 33/2013. A proposta estabelece que, nas causas trabalhistas, a sentença condenará a parte vencida, inclusive a Fazenda Pública, ao pagamento de honorários de sucumbência aos advogados da parte vencedora. Renan ressaltou a relevância do projeto e assumiu compromisso de agilizar a análise da matéria, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).